|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PARECER Nº** | **222** | **/2021** |

Projeto de Lei nº 173/2021

Processo nº 229/2021

Iniciativa: LINEU CARLOS DE ASSIS

Assunto: Obriga agências bancárias a fornecerem cadeiras de rodas às pessoas com mobilidade reduzida ou deficiência física com dificuldade de locomoção, e dá outras providências.

 Propositura formalmente em ordem, atendendo às normas regimentais vigentes.

 De proêmio, observa-se, que a propositura em apreço tem por fim facilitar o acesso de pessoas com deficiência física e pessoas com mobilidade reduzida nas agências bancárias situadas em Araraquara.

 Nessa esteira, de iniciativa parlamentar, a propositura dispõe, de forma suplementar, sobre proteção e garantia de direitos de pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida, e dirige sua imposição exclusivamente a estabelecimentos particulares, de modo que a matéria é, evidentemente, de interesse local, bem como de competência comum ou concorrente entre o Legislativo e o Executivo, não havendo que se falar em exclusividade de iniciativa reservada deste último.

 No ponto, a proposição suplementa a Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da na medida acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências”, na medida em que o tema é passível de suplementação, decorrente da disposição contida nos artigos 23, inciso II, 24, XIV, e 30, incisos I e II, da Constituição Federal.

 De mais a mais, trata-se de propositura que contém matéria a qual irradia hialina atividade de polícia administrativa municipal, sendo cediço a competência do Município e da edilidade para dela dispor, ancorando-se no arcabouço legal e jurisprudencial vigentes.

 Por fim, o projeto não gera diretamente qualquer despesa para a Administração Pública, mas apenas o exercício de atividade fiscalizadora característica do Executivo.

 *Ipso facto,* o Tribunal Bandeirante, iterativamente, reafirma o entendimento aqui exarado, *verbis:*

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA - **LEI MUNICIPAL Nº 3.204/16.12.2015, DE INICIATIVA PARLAMENTAR, QUE "DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE CADEIRAS DE RODAS EM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DE GRANDE PORTE, AGÊNCIAS E INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS, INSTALADOS NO MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA"** – NORMA QUE DISPÕE DE FORMA **SUPLEMENTAR SOBRE PROTEÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA E MOBILIDADE REDUZIDA, DIRIGIDAS EXCLUSIVAMENTE AOS ESTABELECIMENTOS DE PARTICULARES** - COMPETÊNCIA COMUM DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS PARA CUIDAR DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA PÚBLICA, **PROTEÇÃO E GARANTIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA (ART. 23, II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL) – MATÉRIA DE INTERESSE LOCAL (ART. 30 I E II, DA CF/88) –** VIOLAÇÃO AOS PRINCIPIOS CONSTITUCIONAIS INVOCADOS – INOCORRÊNCIA – IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO.” (TJSP; Direta de Inconstitucionalidade 2225974-65.2016.8.26.0000; Relator (a): João Negrini Filho; Órgão Julgador: Órgão Especial; Tribunal de Justiça de São Paulo - N/A; Data do Julgamento: 10/05/2017; Data de Registro: 19/05/2017) ***Grifei***

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - Lei n° 4.518, de 4 de outubro de 2011 do Município de Suzano que **instituiu a obrigação de fornecimento de cadeiras de rodas pelas agências bancárias locais** - **Matéria de interesse local e também atinente à proteção e garantia de direitos de portadores de deficiência física e pessoas com mobilidade reduzida, em relação à qual era lícito ao Município legislar, nos exatos limites da competência definida nos artigos 23, inciso II, e 30, inciso I, da CF** - Inocorrência, outrossim, de vício de iniciativa do projeto de lei pelo Legislativo, haja vista que **a norma editada não regula questão estritamente administrativa, afeta ao Chefe do Poder Executivo**, delimitada pelos artigos 24, §2°, 47, incisos XVII e XVIII, 166 e 174 da CE, aplicáveis ao ente municipal, por expressa imposição da norma contida no artigo 144 daquela mesma Carta - **Previsão legal, na verdade, que apenas impõe obrigações a particulares e não implica no aumento de despesa do Município, uma vez que o dever de fiscalização do cumprimento das normas é conatural aos atos normativos e não tem efeito de gerar gastos extraordinários - Precedentes desta Corte** - Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada improcedente.” (TJSP; Direta de Inconstitucionalidade 0006249-50.2012.8.26.0000; Relator (a): Paulo Dimas Mascaretti; Órgão Julgador: Órgão Especial; Tribunal de Justiça de São Paulo - N/A; Data do Julgamento: 12/09/2012; Data de Registro: 02/10/2012) ***Grifei***

 Ante todo o exposto, a propositura é constitucional e legal, da mesma forma que é uma lei semelhante existente no arcabouço jurídico araraquarense: Lei nº 5.643, de 12 de julho de 2001.

 À Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento para manifestação.

 Pela legalidade!

 É o parecer.

 Sala de reuniões das comissões, 23 de julho de 2021.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Hugo Adorno**

**Presidente da CJLR**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

 **Guilherme Bianco Thainara Faria**